

# Fernando Capez

Procurador de Justiça licenciado, Secretário Estadual de Defesa do Consumidor e Diretor Executivo da Fundação PROCON-SP. Deputado Estadual por três mandatos. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de São Paulo (2007-2010). Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo (2015-2017) e Presidente do Colégio de Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil (2015-2017). Mestre pela USP e Doutor pela PUC-SP. Professor da Escola Superior do Ministério Público e de Cursos Preparatórios para Carreiras Jurídicas. Autor de obras jurídicas.

## CURSO DE DIREITO PENAL

PARTE GERAL

Arts. 1º a 120

26ª edição  
2022

saraiva 



Av. Paulista, 901, 3ª andar  
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

**SAC** | [sac.sets@saraivaeducacao.com.br](mailto:sac.sets@saraivaeducacao.com.br)

**Diretoria executiva** Flávia Alves Bravin  
**Diretoria editorial** Ana Paula Santos Matos  
**Gerência editorial e de projetos** Fernando Penteado

**Novos projetos** Aline Darcy Flôr de Souza  
Dalila Costa de Oliveira

**Gerência editorial** Isabella Sánchez de Souza  
**Edição** Iris Ferrão

**Produção editorial** Daniele Debora de Souza (coord.)  
Cintia Aparecida dos Santos  
Carolina Mihoko Massanhi

**Arte e digital** Mônica Landi (coord.)  
Camilla Felix Cianelli Chaves  
Claudirene de Moura Santos Silva  
Deborah Mattos  
Guilherme H. M. Salvador  
Tiago Dela Rosa

**Projetos e serviços editoriais** Daniela Maria Chaves Carvalho  
Emily Larissa Ferreira da Silva  
Kelli Priscila Pinto  
Klariene Andrielly Giraldi

**Diagramação** Rafael Cancio Padovan

**Revisão** Willians Calazans

**Capa** Aero Comunicação

**Produção gráfica** Marli Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

**Impressão e acabamento** Edições Loyola

ISBN 978-85-536-0768-5 obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

C241c Capez, Fernando  
Curso de Direito Penal – Parte Geral – arts. 1º a 120 – v.  
1 / Fernando Capez. – 26. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2022.  
616 p.

ISBN 978-85-5559-608-3 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito penal. 3. Curso de Direito Penal. I.  
TRUJO.

2021-4333

CDD 345  
CDU 343

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito penal 345  
2. Direito penal 343

**Data de fechamento da edição: 12-1-2022**

Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 607279 CAE 784901

# ÍNDICE

Sobre o Autor.....	7
Abreviaturas.....	9
<b>1. Introdução .....</b>	<b>45</b>
1.1. Da concepção do Direito Penal.....	45
1.2. Da função ético-social do Direito Penal.....	45
1.3. Objeto do Direito Penal.....	47
1.4. O Direito Penal no Estado Democrático de Direito.....	48
1.4.1. O perfil democrático do Estado brasileiro. Distinção entre Estado de Direito e Estado Democrático de Direito.....	48
1.4.2. O Estado Democrático de Direito e o princípio da dignidade humana como orientador do Direito Penal .....	50
1.4.3. Princípios penais limitadores decorrentes da dignidade humana.....	52
1.4.3.1. Princípio da insignificância ou bagatela.....	52
1.4.3.2. Princípio da alteridade ou transcendentalidade ...	54
1.4.3.3. Princípio da confiança .....	56
1.4.3.4. Princípio da adequação social.....	57
1.4.3.5. Princípio da intervenção mínima.....	57
1.4.3.6. Princípio da proporcionalidade .....	60
1.4.3.7. Princípio da humanidade.....	61
1.4.3.8. Princípio da necessidade e idoneidade.....	61
1.4.3.9. Princípio da ofensividade, princípio do fato e da exclusiva proteção do bem jurídico .....	61
1.4.3.10. Princípio da autorresponsabilidade .....	63
1.4.3.11. Princípio da responsabilidade pelo fato .....	63
1.4.3.12. Princípio da imputação pessoal.....	64
1.4.3.13. Princípio da personalidade.....	64
1.4.3.14. Princípio da responsabilidade subjetiva .....	64
1.4.3.15. Princípio da coculpabilidade ou corresponsabilidade .....	64
1.5. Os limites do controle material do tipo incriminador .....	64
1.6. Da parte geral do Código Penal: finalidade.....	65
<b>2. Fontes do Direito Penal .....</b>	<b>66</b>
2.1. Conceito.....	66

2.2.	Espécies.....	66
2.2.1.	De produção, material ou substancial .....	66
2.2.2.	Formal, de cognição ou de conhecimento.....	67
2.2.2.1.	Espécies de fonte formal .....	67
2.3.	Diferença entre norma e lei .....	67
2.4.	Da fonte formal imediata .....	68
2.4.1.	Conteúdo.....	68
2.4.2.	Característica.....	68
2.4.3.	Classificação .....	68
2.4.3.1.	Leis incriminadoras .....	68
2.4.3.2.	Leis não incriminadoras.....	68
2.4.3.3.	Leis não incriminadoras permissivas.....	68
2.4.3.4.	Leis não incriminadoras finais, complementares ou explicativas .....	68
2.5.	Características das normas penais .....	69
2.5.1.	Exclusividade.....	69
2.5.2.	Anterioridade.....	69
2.5.3.	Imperatividade.....	69
2.5.4.	Generalidade .....	69
2.5.5.	Impessoalidade.....	69
2.6.	Normas penais em branco (cegas ou abertas).....	69
2.6.1.	Conceito.....	69
2.6.2.	Classificação.....	69
2.6.2.1.	Normas penais em branco em sentido lato ou homogêneas.....	69
2.6.2.2.	Normas penais em branco em sentido estrito ou heterogêneas .....	70
2.6.2.3.	Normas penais em branco ao avesso .....	70
2.7.	Das fontes formais mediatas .....	70
2.7.1.	Costume .....	70
2.7.1.1.	Elementos do costume .....	70
2.7.1.2.	Espécies de costume.....	70
2.7.2.	Princípios gerais do direito .....	71
2.8.	Formas de procedimento interpretativo.....	72
2.8.1.	Equidade .....	72
2.8.2.	Doutrina .....	72
2.8.3.	Jurisprudência .....	72
<b>3.</b>	<b>Interpretação da Lei Penal .....</b>	<b>72</b>
3.1.	Conceito.....	72
3.2.	Natureza.....	72
3.3.	Espécies.....	72
3.3.1.	Quanto ao sujeito que a elabora.....	72
3.3.1.1.	Autêntica ou legislativa.....	72

3.3.1.2.	Doutrinária ou científica.....	73
3.3.1.3.	Judicial.....	73
3.3.2.	Quanto aos meios empregados.....	73
3.3.2.1.	Gramatical, literal ou sintática.....	73
3.3.2.2.	Lógica ou teleológica .....	73
3.3.3.	Quanto ao resultado .....	73
3.3.3.1.	Declarativa .....	73
3.3.3.2.	Restritiva .....	73
3.3.3.3.	Extensiva .....	73
3.4.	O princípio <i>in dubio pro reo</i> .....	73
3.5.	Interpretação progressiva, adaptativa ou evolutiva.....	74
<b>4.</b>	<b>Analogia.....</b>	<b>74</b>
4.1.	Conceito.....	74
4.2.	Fundamento .....	75
4.3.	Natureza jurídica.....	75
4.4.	Distinção entre analogia, interpretação extensiva e interpretação analógica .....	75
4.4.1.	Analogia.....	75
4.4.2.	Interpretação extensiva.....	75
4.4.3.	Interpretação analógica.....	75
4.5.	Espécies.....	75
4.5.1.	Legal ou <i>legis</i> .....	75
4.5.2.	Jurídica ou <i>juris</i> .....	76
4.5.3.	<i>In bonam partem</i> .....	76
4.5.4.	<i>In malam partem</i> .....	76
4.6.	Analogia em norma penal incriminadora .....	76
<b>5.</b>	<b>Princípio da Legalidade .....</b>	<b>76</b>
5.1.	Considerações preliminares.....	76
5.2.	Aspectos do princípio da legalidade .....	77
5.2.1.	Aspecto político .....	77
5.2.2.	Aspecto histórico .....	78
5.2.3.	Aspecto jurídico .....	79
5.3.	Princípios inerentes ao princípio da legalidade .....	79
5.3.1.	Princípio da reserva legal.....	79
5.3.1.1.	Reserva absoluta de lei.....	80
5.3.1.2.	Reserva absoluta de lei e medida provisória.....	80
5.3.1.3.	Taxatividade e vedação ao emprego da analogia....	81
5.3.1.4.	Taxatividade e descrição genérica .....	82
5.3.1.5.	Conteúdo material do princípio da reserva legal....	83
5.3.2.	Princípio da anterioridade da lei penal .....	84
<b>6.</b>	<b>Irretroatividade da Lei Penal.....</b>	<b>84</b>
6.1.	Considerações preliminares .....	85
6.2.	Aplicação .....	85

6.3.	Lei processual.....	86
6.3.1.	Lei processual híbrida.....	87
6.4.	Normas que tratam de execução da pena e o regime disciplinar diferenciado.....	88
6.5.	Vigência da lei.....	91
6.6.	Hipóteses de lei posterior.....	92
6.6.1.	<i>Abolitio criminis</i> .....	92
6.6.2.	<i>Novatio legis in mellius</i> .....	92
6.6.2.1.	Competência para aplicação da <i>novatio legis in mellius</i> .....	92
6.6.3.	<i>Novatio legis in pejus</i> .....	93
6.6.4.	<i>Novatio legis</i> incriminadora.....	93
6.6.5.	Dúvida quanto à lei mais benéfica.....	94
6.7.	Combinação de leis.....	94
6.8.	<i>Lex mitior</i> e o período da <i>vacatio legis</i> .....	96
6.9.	Lei interpretativa – possibilidade de retroação.....	96
6.10.	Tempo do crime para a fixação da lei aplicável.....	96
6.10.1.	Crimes permanentes e crimes continuados.....	96
<b>7.</b>	<b>Leis de vigência temporária.....</b>	<b>97</b>
7.1.	Considerações preliminares.....	97
7.2.	Características.....	98
7.2.1.	Autorrevogabilidade.....	98
7.2.2.	Ultratividade.....	98
7.3.	Hipótese de retroatividade da lei posterior.....	99
7.4.	Alteração do complemento da norma penal em branco.....	99
<b>8.</b>	<b>Tempo do crime e conflito aparente de normas.....</b>	<b>101</b>
8.1.	Teorias sobre o momento do crime.....	101
8.2.	Conflito aparente de normas.....	102
8.2.1.	Conceito.....	102
8.2.2.	Elementos.....	102
8.2.3.	Princípios que solucionam o conflito aparente de normas... 8.2.3.1. Princípio da especialidade – <i>lex specialis derogat generali</i> .....	102 103
8.2.3.2.	Princípio da subsidiariedade – <i>lex primaria derogat subsidiariae</i> .....	105
8.2.3.3.	Princípio da consunção – <i>lex consumens derogat consumptae</i> .....	107
8.2.3.4.	Princípio da alternatividade.....	111
<b>9.</b>	<b>Territorialidade da lei penal brasileira.....</b>	<b>112</b>
9.1.	Considerações preliminares.....	112
9.2.	Território nacional.....	113
9.2.1.	Componentes do território.....	113

9.2.2.	Extensão do território nacional.....	114
9.2.3.	Princípio do pavilhão ou da bandeira .....	114
9.2.4.	Navios .....	115
9.2.5.	Aeronaves .....	115
9.2.6.	Princípio da passagem inocente.....	116
9.2.7.	Asilo .....	116
9.3.	Hipóteses de não incidência da lei a fatos cometidos no Brasil.....	116
9.3.1.	Imunidades diplomáticas.....	116
9.3.1.1.	Entes abrangidos pela imunidade diplomática.....	116
9.3.1.2.	Imunidade diplomática e ofensa ao princípio da isonomia .....	117
9.3.2.	Imunidades parlamentares .....	117
9.3.2.1.	Imunidade material.....	117
9.3.2.2.	Imunidade processual .....	118
9.3.2.3.	Imunidade prisional.....	120
9.3.2.4.	Do foro especial por prerrogativa de função.....	120
9.3.3.	Inviolabilidade do advogado.....	121
<b>10.</b>	<b>Extraterritorialidade da lei penal brasileira.....</b>	<b>122</b>
10.1.	Considerações preliminares .....	123
10.2.	Formas de extraterritorialidade .....	123
10.2.1.	Incondicionada .....	123
10.2.2.	Condicionada .....	124
10.3.	Princípios para aplicação da extraterritorialidade.....	124
10.3.1.	Princípio da nacionalidade ou personalidade ativa.....	124
10.3.2.	Princípio da nacionalidade ou personalidade passiva.....	124
10.3.3.	Princípio real, da defesa ou proteção .....	124
10.3.4.	Princípio da justiça universal (CP, art. 7º, I, d, e II, a) .....	124
10.3.5.	Princípio da representação .....	124
10.4.	Classificação das hipóteses de acordo com os princípios e as formas de extraterritorialidade.....	125
10.5.	Aplicação .....	126
10.6.	Extradição .....	127
10.6.1.	Conceito .....	127
10.6.2.	Princípios aplicáveis .....	127
10.6.2.1.	Princípio da não extradição de nacionais.....	127
10.6.2.2.	Princípio da exclusão de crimes não comuns.....	127
10.6.2.3.	Princípio da prevalência dos tratados .....	127
10.6.2.4.	Princípio da legalidade.....	127
10.6.2.5.	Princípio da dupla tipicidade.....	127
10.6.2.6.	Princípio da preferência da competência nacional....	127
10.6.2.7.	Princípio da limitação em razão da pena.....	127
10.6.2.8.	Princípio da detração.....	127
10.7.	Jurisdição principal e subsidiária.....	128
10.8.	Tribunal Penal Internacional.....	128

10.8.1.	Genocídio, princípio da justiça universal e Tribunal Penal Internacional .....	131
<b>11.</b>	<b>Eficácia de sentença estrangeira .....</b>	<b>131</b>
11.1.	Da homologação de sentença estrangeira .....	132
11.1.1.	Fundamento .....	132
11.1.2.	Competência .....	132
11.1.3.	Conteúdo da homologação.....	132
11.1.4.	Natureza jurídica .....	132
11.1.5.	Homologação e delibação obrigatória .....	132
11.1.6.	Homologação e execução civil da sentença penal estrangeira ...	133
11.1.7.	Homologação e medida de segurança .....	133
11.1.8.	Procedimento .....	133
11.1.9.	Desnecessidade da homologação.....	133
<b>12.</b>	<b>Do lugar do crime .....</b>	<b>134</b>
12.1.	Considerações preliminares .....	134
12.2.	Teorias .....	134
12.2.1.	Teoria da atividade .....	134
12.2.2.	Teoria do resultado.....	134
12.2.3.	Teoria da ubiquidade ou mista.....	134
12.3.	Teoria adotada .....	134
12.3.1.	Crimes a distância ou de espaço máximo .....	135
12.3.2.	Delito plurilocal .....	136
12.3.3.	Crimes de menor potencial ofensivo.....	136
12.4.	Sobre a aplicação da teoria da ubiquidade nas várias hipóteses.....	136
12.4.1.	Nos crimes conexos .....	136
12.4.2.	No crime complexo .....	137
12.4.3.	Na coautoria, participação ou ajuste.....	137
12.4.4.	No delito permanente e no crime continuado .....	137
12.4.5.	Nos delitos habituais.....	137
12.5.	Regras especiais.....	137
<b>13.</b>	<b>Contagem do prazo .....</b>	<b>143</b>
13.1.	Considerações preliminares .....	143
13.2.	Contagem de mês e ano.....	144
13.3.	Prescrição e decadência .....	144
13.4.	Características .....	145
13.5.	Interrupção e suspensão .....	145
13.6.	Contagem dos prazos processuais .....	145
13.7.	Distinção entre prazo penal e prazo processual.....	145
<b>14.</b>	<b>Teoria do crime .....</b>	<b>146</b>
14.1.	Conceito de crime .....	146
14.1.1.	Aspecto material .....	146
14.1.2.	Aspecto formal .....	146

14.1.3.	Aspecto analítico .....	146
14.2.	Concepção bipartida e tripartida de crime .....	147
<b>15.</b>	<b>Fato típico .....</b>	<b>148</b>
15.1.	Conceito.....	148
15.2.	Elementos .....	148
15.2.1.	Conduta .....	149
15.2.1.1.	Conceito .....	149
15.2.1.2.	Distinção entre conduta e ato .....	150
15.2.1.3.	Teorias da conduta.....	150
15.2.1.4.	Elementos da conduta .....	168
15.2.1.5.	Ausência de voluntariedade .....	169
15.2.1.6.	Formas de conduta.....	169
15.2.1.7.	Caso fortuito e força maior .....	173
15.2.1.8.	Sujeitos da conduta típica.....	174
15.2.1.9.	Objeto jurídico e objeto material.....	181
15.2.2.	Resultado .....	182
15.2.2.1.	Conceito .....	182
15.2.2.2.	Distinção entre resultado e evento .....	182
15.2.2.3.	Teorias.....	182
15.2.3.	Nexo causal .....	183
15.2.3.1.	Conceito .....	183
15.2.3.2.	Natureza .....	183
15.2.3.3.	Nexo normativo .....	183
15.2.3.4.	Teorias para apontar o nexo causal .....	184
15.2.3.5.	Nexo causal nos diversos crimes.....	196
15.2.3.6.	Nexo causal nos crimes omissivos impróprios.....	196
15.2.3.7.	Superveniência causal.....	200
15.2.3.8.	Caso fortuito e força maior .....	205
15.2.4.	Tipicidade.....	207
15.2.4.1.	Conceito de tipo .....	207
15.2.4.2.	Espécies de tipo .....	208
15.2.4.3.	Conceito de tipicidade .....	209
15.2.4.4.	Distinção entre tipicidade e adequação típica.....	209
15.2.4.5.	Fases da tipicidade.....	210
15.2.4.6.	Adequação típica .....	213
15.2.4.7.	Elementos do tipo .....	214
15.2.4.8.	Espécies de tipo quanto aos elementos.....	216
15.2.4.9.	Tipo fundamental e tipos derivados .....	216
15.2.4.10.	Tipicidade conglobante .....	217
<b>16.</b>	<b>O tipo penal nos crimes dolosos .....</b>	<b>219</b>
16.1.	Conceito de dolo .....	219
16.2.	Elementos do dolo .....	219
16.3.	Abrangência do dolo .....	220

16.4.	Fases na conduta .....	220
16.4.1.	Fase interna .....	220
16.4.2.	Fase externa .....	220
16.5.	Teorias .....	222
16.5.1.	Teoria da vontade .....	222
16.5.2.	Teoria da representação .....	222
16.5.3.	Teoria do assentimento ou consentimento .....	222
16.5.4.	Teorias adotadas pelo Código Penal .....	222
16.6.	Espécies de dolo .....	222
16.6.1.	Dolo natural .....	222
16.6.2.	Dolo normativo .....	222
16.6.3.	Dolo direto ou determinado .....	223
16.6.4.	Dolo indireto ou indeterminado .....	224
16.6.5.	Dolo de dano .....	224
16.6.6.	Dolo de perigo .....	224
16.6.7.	Dolo genérico .....	225
16.6.8.	Dolo específico .....	225
16.6.9.	Dolo geral, erro sucessivo ou <i>aberratio causae</i> .....	225
16.6.10.	Dolo de primeiro grau e de segundo grau .....	226
16.7.	Dolo e dosagem da pena .....	226
16.8.	Dolo nos crimes comissivos por omissão .....	226
<b>17.</b>	<b>O tipo penal nos crimes culposos .....</b>	<b>227</b>
17.1.	Conceito de culpa .....	227
17.2.	Tipo aberto .....	228
17.3.	Crimes materiais .....	228
17.4.	Elementos do fato típico culposo .....	228
17.5.	Previsibilidade .....	228
17.5.1.	Objetiva .....	228
17.5.2.	Subjetiva .....	229
17.6.	Princípio do risco tolerado .....	229
17.7.	Princípio da confiança .....	229
17.8.	Inobservância do dever objetivo de cuidado .....	230
17.8.1.	Imprudência .....	230
17.8.2.	Negligência .....	230
17.8.3.	Imperícia .....	230
17.8.3.1.	Diferença entre imperícia e erro médico .....	231
17.9.	Espécies de culpa .....	231
17.9.1.	Culpa inconsciente .....	231
17.9.2.	Culpa consciente ou com previsão .....	231
17.9.3.	Culpa imprópria .....	232
17.9.3.1.	Responsabilização do agente na culpa imprópria .....	232
17.9.4.	Culpa presumida .....	233
17.9.5.	Culpa mediata ou indireta .....	233

17.10.	Graus de culpa .....	234
17.11.	Culpa nos delitos omissivos impróprios .....	234
17.12.	Participação no crime culposo.....	235
17.13.	Compensação de culpas .....	235
17.14.	Concorrência de culpas .....	236
<b>18.</b>	<b>Crime preterdoloso .....</b>	<b>236</b>
18.1.	Conceito .....	236
18.2.	Crime qualificado pelo resultado.....	236
18.3.	Espécies de crimes qualificados pelo resultado.....	236
18.3.1.	Dolo no antecedente e dolo no consequente.....	236
18.3.2.	Culpa no antecedente e culpa no consequente .....	237
18.3.3.	Culpa no antecedente e dolo no consequente .....	237
18.3.4.	Conduta dolosa e resultado agravador culposo (preterdoloso) .....	237
18.4.	Nexo entre conduta e resultado agravador .....	237
18.5.	Do crime preterdoloso.....	237
18.5.1.	Componentes do crime preterdoloso .....	237
18.5.2.	Tentativa no crime preterdoloso .....	238
18.5.3.	Latrocínio.....	238
18.5.4.	Lesões corporais de natureza grave ou gravíssima .....	238
18.5.4.1.	Tentativa na lesão corporal grave ou gravíssima.	238
<b>19.</b>	<b>Erro de tipo .....</b>	<b>239</b>
19.1.	Conceito.....	239
19.2.	Exemplos de erro de tipo.....	240
19.2.1.	Erro incidente sobre situação de fato descrita como elementar de tipo incriminador .....	240
19.2.2.	Erro incidente sobre relação jurídica descrita como elementar de tipo incriminador.....	240
19.2.3.	Erro incidente sobre situação de fato descrita como elementar de tipo permissivo .....	241
19.2.4.	Erro incidente sobre circunstância de tipo incriminador .....	241
19.2.5.	Erro sobre dado irrelevante.....	241
19.3.	Erro de tipo e erro de direito.....	241
19.4.	Erro de tipo e erro de fato .....	242
19.5.	Diferenças entre erro de tipo e delito putativo por erro de tipo .....	242
19.6.	Formas de erro de tipo.....	243
19.6.1.	Erro de tipo essencial .....	243
19.6.1.1.	Conceito .....	243
19.6.1.2.	Característica do erro essencial .....	243
19.6.1.3.	Formas do erro essencial.....	243
19.6.1.4.	Efeitos do erro essencial .....	244
19.6.2.	Erro de tipo accidental .....	245

19.6.2.1.	Conceito.....	245
19.6.2.2.	Característica do erro acidental.....	245
19.6.2.3.	Espécies de erro de tipo acidental.....	245
19.7.	Descriminantes putativas.....	251
19.7.1.	Conceito.....	251
19.7.2.	Espécies de discriminações putativas.....	252
19.7.2.1.	Descriminante putativa por erro de proibição.....	252
19.7.2.2.	Descriminante putativa por erro de tipo.....	253
<b>20.</b>	<b>Crime consumado.....</b>	<b>259</b>
20.1.	Conceito.....	259
20.2.	Diferença entre crime consumado e exaurido.....	259
20.3.	A consumação nas várias espécies de crimes.....	259
20.4.	<i>Iter criminis</i> .....	260
20.4.1.	Cogitação.....	260
20.4.2.	Preparação.....	260
20.4.3.	Execução.....	260
20.4.3.1.	Fronteira entre o fim da preparação e o início da execução.....	261
20.4.4.	Consumação.....	261
20.4.5.	Exaurimento.....	261
<b>21.</b>	<b>Tentativa (<i>Conatus</i>).....</b>	<b>262</b>
21.1.	Conceito.....	262
21.2.	Natureza jurídica.....	262
21.3.	Elementos.....	262
21.3.1.	Início de execução.....	262
21.3.1.1.	Critério lógico-formal.....	263
21.3.1.2.	Critério subjetivo.....	263
21.3.1.3.	Critério compositivo ou misto.....	263
21.3.1.4.	Critério adotado.....	264
21.4.	Formas.....	265
21.4.1.	Imperfeita.....	265
21.4.2.	Perfeita ou acabada.....	265
21.4.3.	Branca ou incruenta.....	265
21.4.4.	Cruenta.....	265
21.5.	Tentativa na lesão corporal de natureza grave e gravíssima.....	265
21.6.	Infrações penais que não admitem tentativa.....	266
21.7.	Teorias.....	266
21.7.1.	Subjetiva.....	266
21.7.2.	Objetiva ou realística.....	266
21.7.3.	Teoria adotada.....	266
21.8.	Critério para redução da pena.....	267

<b>22. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....</b>	<b>267</b>
22.1. Considerações preliminares.....	267
22.2. Natureza jurídica.....	267
22.3. Elementos da tentativa abandonada.....	268
22.4. Distinção com a tentativa.....	268
22.5. Espécies de tentativa abandonada.....	268
22.5.1. Conceito de desistência voluntária .....	268
22.5.1.1. Desistência voluntária e terrorismo.....	269
22.5.2. Conceito de arrependimento eficaz .....	269
22.5.3. Ato voluntário e ato espontâneo .....	269
22.5.4. Ato voluntário e ato involuntário .....	270
22.5.5. Distinção .....	270
22.5.6. Consequência .....	270
<b>23. Arrependimento posterior .....</b>	<b>271</b>
23.1. Conceito .....	271
23.2. Natureza jurídica.....	271
23.3. Objetivo .....	271
23.4. Diferenças entre arrependimento posterior e eficaz.....	271
23.5. Requisitos.....	271
23.5.1. Crime cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa ...	271
23.5.2. Reparação do dano ou restituição da coisa.....	272
23.5.3. Voluntariedade do agente .....	272
23.5.4. Até o recebimento da denúncia ou queixa.....	272
23.6. Redução da pena .....	272
23.7. Aplicação.....	272
23.8. Consequências da aplicação em casos específicos .....	272
23.8.1. A questão do peculato doloso.....	272
23.8.2. Emissão de cheque sem suficiente provisão de fundos.....	273
23.8.3. Outras hipóteses previstas em leis especiais .....	273
23.9. Comunicabilidade a coautores e partícipes .....	274
23.10. Delação eficaz ou premiada e colaboração premiada.....	274
23.10.1. Aplicação em casos específicos .....	274
23.10.1.1. Lei n. 8.072/90 (Lei dos Crimes Hediondos) .....	274
23.10.1.2. Lei n. 12.850/2013 (Lei de Organizações Crimi- nosas) .....	275
23.10.1.3. Lei n. 9.807/99 (Lei de Proteção a Testemunhas)	275
23.10.1.4. Lei n. 11.343/2006, art. 41 (Lei de Drogas).....	275
23.10.1.5. Lei n. 9.613/98 (Lei de Lavagem de Dinheiro).....	276
23.10.1.6. Lei n. 7.492/86 (Lei contra o Sistema Financeiro) e Lei n. 8.137/90 (Crimes contra a Ordem Tribu- tária).....	276

<b>24. Crime impossível.....</b>	<b>276</b>
24.1. Conceito.....	276
24.2. Natureza jurídica .....	276
24.3. Hipóteses de crime impossível .....	277
24.3.1. Ineficácia absoluta do meio .....	277
24.3.2. Improriedade absoluta do objeto material .....	277
24.4. Critério de aferição da idoneidade.....	278
24.5. Outras hipóteses de crime impossível.....	278
24.5.1. Delito putativo por erro de tipo .....	278
24.5.2. Delito putativo por obra do agente provocador (flagrante preparado) .....	278
24.5.2.1. Flagrante preparado nos delitos previstos na Lei de Drogas .....	279
24.5.2.2. Flagrante preparado no delito de concussão.....	279
24.5.2.3. Diferença entre o flagrante preparado e o flagrante esperado .....	280
24.5.2.4. Flagrante prorrogado ou retardado .....	280
24.6. Teorias relativas à punibilidade ou não do crime impossível.....	281
24.6.1. Sintomática.....	281
24.6.2. Subjetiva.....	281
24.6.3. Objetiva .....	281
24.6.4. Teoria adotada pelo Código Penal.....	281
24.7. Questões processuais .....	282
<b>25. Classificação dos crimes .....</b>	<b>282</b>
25.1. Quanto à qualidade do sujeito ativo.....	282
25.1.1. Crime comum .....	282
25.1.2. Crime próprio .....	283
25.1.3. Crime bipróprio .....	283
25.1.4. Crime de mão própria .....	283
25.2. Quanto à relação entre a conduta e o resultado naturalístico.....	283
25.2.1. Crime material .....	283
25.2.2. Crime formal .....	283
25.2.3. Crime de mera conduta .....	284
25.3. Quanto ao grau de intensidade do resultado.....	284
25.3.1. Crime de dano .....	284
25.3.2. Crime de perigo .....	284
25.4. Quanto ao modo de execução.....	284
25.4.1. Crime de forma livre.....	284
25.4.2. Crime de forma vinculada .....	284
25.5. Com relação à forma como o crime é praticado.....	285
25.5.1. Crime comissivo.....	285
25.5.2. Crime omissivo .....	285

25.5.2.1.	Crime omissivo próprio .....	285
25.5.2.2.	Crime omissivo impróprio.....	285
25.5.3.	Crime de conduta mista .....	286
25.6.	Quanto ao número de atos executórios que integram a conduta.....	286
25.6.1.	Crime unissubsistente .....	286
25.6.2.	Crime plurissubsistente .....	286
25.7.	Quanto ao momento em que se consuma o crime .....	286
25.7.1.	Crime instantâneo.....	286
25.7.2.	Crime permanente.....	286
25.7.3.	Crime instantâneo de efeitos permanentes .....	286
25.7.4.	Crime a prazo .....	287
25.8.	Quanto ao número de bens jurídicos atingidos .....	287
25.8.1.	Crime mono-ofensivo .....	287
25.8.2.	Crime pluri-ofensivo .....	287
25.9.	Quanto ao número de agentes envolvidos .....	287
25.9.1.	Crime de concurso necessário .....	287
25.9.2.	Crime de concurso eventual .....	287
25.9.3.	Crime eventualmente coletivo .....	287
25.10.	Quanto ao número de vítimas .....	288
25.10.1.	Crime de subjetividade passiva única .....	288
25.10.2.	Crime de dupla subjetividade passiva .....	288
25.11.	Quanto ao local em que o crime é praticado.....	288
25.11.1.	Crime a distância.....	288
25.11.2.	Crime plurilocal .....	288
25.12.	Quanto à estrutura delineada pelo tipo penal .....	288
25.12.1.	Crime simples .....	288
25.12.2.	Crime complexo .....	288
25.13.	Quanto à existência autônoma do crime .....	289
25.13.1.	Crime principal .....	289
25.13.2.	Crime acessório.....	289
25.14.	Quanto ao vínculo existente entre os crimes .....	289
25.14.1.	Crime independente.....	289
25.14.2.	Crime conexo.....	289
25.15.	Quanto à necessidade de exame de corpo de delito como prova.....	289
25.15.1.	Delito de fato permanente ( <i>delicta facti permanentis</i> ) .....	289
25.15.2.	Delito de fato transeunte ( <i>delicta facti transeuntis</i> ) .....	289
25.16.	Quanto à liberdade para iniciar a ação penal .....	290
25.16.1.	Crime condicionado.....	290
25.16.2.	Crime incondicionado.....	290
25.17.	Outras classificações .....	290
25.17.1.	Crime gratuito .....	290
25.17.2.	Crime de ímpeto.....	290
25.17.3.	Crime de ação violenta .....	290

25.17.4.	Crime de ação astuciosa.....	290
25.17.5.	Crime de impressão .....	290
25.17.6.	Delito de tendência .....	290
25.17.7.	Delito de intenção.....	291
25.17.8.	Crime de expressão.....	291
25.17.9.	Delito mutilado de dois atos.....	291
25.17.10.	Crime exaurido.....	291
25.17.11.	Delito putativo, imaginário ou erroneamente suposto .....	291
25.17.12.	Crime falho .....	292
25.17.13.	Delito de atentado ou de empreendimento .....	292
25.17.14.	Crime de mera suspeita, sem ação ou mera posição.....	292
25.17.15.	Crime obstáculo .....	292
25.17.16.	Quase-crime .....	292
25.17.17.	Crime progressivo .....	292
25.17.18.	Progressão criminosa .....	292
25.17.19.	Crime remetido.....	293
25.17.20.	Crime subsidiário.....	293
25.17.21.	Crime de ação múltipla ou conteúdo variado .....	293
25.17.22.	Crime de opinião .....	293
25.17.23.	Crime multitudinário .....	293
25.17.24.	Delito de circulação.....	293
25.17.25.	Crime vago .....	293
25.17.26.	Crime habitual .....	293
25.17.27.	Crime profissional .....	294
25.17.28.	Crime funcional ( <i>delicta in officio</i> ).....	294
25.17.29.	Crime internacional ou mundial.....	294
25.17.30.	Crime militar.....	294
<b>26.</b>	<b>Illicitude.....</b>	<b>294</b>
26.1.	Conceito.....	294
26.2.	Antijuridicidade e ilicitude .....	295
26.3.	Diferença entre ilícito e injusto.....	295
26.4.	Teorias da ilicitude .....	296
26.4.1.	Teoria da absoluta independência ou autonomia (Beling, 1906).....	296
26.4.2.	Teoria do caráter indiciário da ilicitude ou da <i>ratio cognoscendi</i> (Mayer, 1915) .....	296
26.4.3.	Teoria da absoluta dependência ou da <i>ratio essendi</i> (Mezger, 1930).....	296
26.4.4.	Teoria dos elementos negativos do tipo (Merkel) .....	297
26.4.5.	Teoria adotada: caráter indiciário da ilicitude ou da <i>ratio cognoscendi</i> .....	297
26.5.	Exame da ilicitude: análise por exclusão .....	297
26.6.	Espécies.....	298
26.6.1.	Illicitude formal .....	298

26.6.2.	Ilicitude material .....	298
26.6.3.	Ilicitude subjetiva .....	299
26.6.4.	Ilicitude objetiva .....	299
26.7.	Causas de exclusão da ilicitude .....	299
26.7.1.	Causas supralegais .....	299
26.7.2.	Causas legais .....	299
26.8.	Questões processuais .....	300
<b>27.</b>	<b>Estado de necessidade .....</b>	<b>300</b>
27.1.	Conceito.....	300
27.2.	Natureza jurídica.....	301
27.3.	Causa de diminuição de pena.....	301
27.4.	Aplicação: faculdade do juiz ou direito do réu?.....	301
27.5.	Teorias .....	301
27.5.1.	Unitária.....	301
27.5.2.	Diferenciadora ou da diferenciação .....	302
27.5.3.	Da equidade ( <i>adäquitätstheorie</i> ) .....	302
27.6.	Requisitos.....	303
27.6.1.	Situação de perigo .....	303
27.6.1.1.	O perigo deve ser atual.....	303
27.6.1.2.	O perigo deve ameaçar direito próprio ou alheio..	303
27.6.1.3.	O perigo não pode ter sido causado voluntaria- mente pelo agente .....	304
27.6.1.4.	Inexistência do dever legal de arrostar o perigo...	305
27.6.2.	Conduta lesiva .....	305
27.6.2.1.	Inevitabilidade do comportamento.....	305
27.6.2.2.	Razoabilidade do sacrifício .....	305
27.6.2.3.	Conhecimento da situação justificante .....	306
27.7.	Formas de estado de necessidade.....	306
27.7.1.	Quanto à titularidade do interesse protegido.....	306
27.7.2.	Quanto ao aspecto subjetivo do agente .....	306
27.7.3.	Quanto ao terceiro que sofre a ofensa .....	306
27.8.	Casos específicos .....	306
27.8.1.	Crimes habituais, permanentes e reiteração criminosa.....	306
27.8.2.	Estado de necessidade e dificuldades econômicas.....	307
27.8.3.	Porte de arma e estado de necessidade .....	307
<b>28.</b>	<b>Legítima defesa .....</b>	<b>307</b>
28.1.	Conceito.....	307
28.2.	Fundamento .....	307
28.3.	Natureza jurídica.....	307
28.4.	Requisitos.....	308
28.4.1.	Agressão injusta .....	308
28.4.1.1.	Provocação do agente.....	308

28.4.2.	Agressão atual ou iminente.....	309
28.4.3.	Agressão a direito próprio ou de terceiro .....	309
28.4.3.1.	Legítima defesa da honra .....	309
28.4.4.	Meios necessários.....	310
28.4.4.1.	Desnecessidade do meio .....	310
28.4.5.	Moderação.....	311
28.4.5.1.	Imoderação .....	311
28.4.5.2.	Excesso.....	311
28.4.6.	Conhecimento da situação justificante.....	312
28.4.7.	<i>Commodus discessus</i> .....	312
28.4.7.1.	Inevitabilidade da agressão e <i>commodus dis-</i> <i>cessus</i> .....	312
28.5.	Hipóteses de cabimento da legítima defesa.....	313
28.5.1.	Legítima defesa contra agressão injusta de inimputável.....	313
28.5.2.	Legítima defesa contra agressão acobertada por qualquer outra causa de exclusão da culpabilidade.....	313
28.5.3.	Legítima defesa real contra legítima defesa putativa .....	313
28.5.4.	Legítima defesa putativa contra legítima defesa putativa ...	314
28.5.5.	Legítima defesa real contra legítima defesa subjetiva .....	314
28.5.6.	Legítima defesa putativa contra legítima defesa real .....	314
28.5.7.	Legítima defesa real contra legítima defesa culposa .....	315
28.6.	Hipóteses de não cabimento da legítima defesa.....	315
28.7.	Questão processual: quesitação da legítima defesa no júri.....	315
28.8.	Outros conceitos.....	316
28.8.1.	Legítima defesa sucessiva.....	316
28.8.2.	Legítima defesa putativa.....	316
28.8.3.	Legítima defesa subjetiva.....	316
28.8.4.	Legítima defesa recíproca .....	316
28.8.5.	Legítima defesa própria e legítima defesa de terceiro .....	316
28.8.6.	<i>Aberratio ictus</i> na reação defensiva .....	316
28.8.7.	Legítima defesa e tentativa .....	316
28.8.8.	“Legítima defesa da honra” .....	316
28.9.	Diferenças entre legítima defesa e estado de necessidade .....	317
<b>29.</b>	<b>Estrito cumprimento do dever legal.....</b>	<b>317</b>
29.1.	Conceito.....	317
29.2.	Fundamento .....	317
29.3.	Requisitos.....	318
29.3.1.	Dever legal .....	318
29.3.2.	O cumprimento deve ser estritamente dentro da lei.....	318
29.3.3.	Conhecimento da situação justificante.....	318
29.4.	Alcance da excludente.....	318
29.5.	Coautores e partícipes .....	318
29.6.	Crime culposos.....	319

<b>30. Exercício regular de direito .....</b>	<b>319</b>
30.1. Conceito.....	319
30.2. Fundamento .....	319
30.3. Alcance do exercício regular do direito .....	319
30.4. Requisitos .....	319
30.4.1. Significado da expressão “direito” .....	319
30.4.2. Conhecimento da situação justificante .....	320
30.5. Aplicação em casos específicos .....	320
30.5.1. Intervenções médicas e cirúrgicas .....	320
30.5.2. Violência desportiva .....	321
30.5.3. Ofendículos ( <i>offendiculas</i> ou <i>offensaculas</i> ) .....	322
30.5.4. Defesa mecânica predisposta .....	322
30.6. Consentimento do ofendido .....	323
30.6.1. Irrelevante penal .....	323
30.6.2. Causa de exclusão da tipicidade.....	323
30.6.3. Causa de exclusão da ilicitude .....	323
30.6.4. Causa de extinção da punibilidade .....	324
30.6.5. Causa de diminuição de pena .....	324
30.6.6. Consentimento da vítima nos delitos culposos.....	324
30.6.7. Operações cirúrgicas .....	324
30.6.8. Ordem pública e bons costumes .....	324
30.7. Distinção entre consentimento em sentido estrito e acordo .....	325
<b>31. Culpabilidade.....</b>	<b>325</b>
31.1. Conceito .....	325
31.2. A culpabilidade como juízo de reprovação .....	325
31.3. Grau de culpabilidade .....	326
31.4. Culpabilidade do autor .....	326
31.5. Culpabilidade do fato .....	326
31.6. Evolução do conceito de responsabilidade objetiva para a subjetiva ....	327
31.6.1. Período primitivo do Direito Penal .....	327
31.6.2. Talião .....	327
31.6.3. Período do direito romano .....	328
31.6.4. Período germânico .....	328
31.6.5. Idade Média .....	328
31.6.6. Período moderno .....	328
31.6.7. Escola Clássica .....	329
31.6.8. Escola Positiva italiana .....	329
31.6.9. Período atual .....	329
31.6.10. <i>Versari in re illicita</i> .....	330
31.7. Teorias.....	330
31.7.1. Teoria psicológica da culpabilidade .....	330
31.7.2. Teoria psicológico-normativa ou normativa da culpabilidade .....	331

31.7.3.	Teoria normativa pura da culpabilidade.....	331
31.7.4.	Teoria estrita ou extremada da culpabilidade e teoria limitada da culpabilidade.....	332
31.7.5.	Teoria adotada pelo Código Penal brasileiro.....	332
31.8.	Elementos da culpabilidade segundo a teoria do Código Penal .....	333
31.8.1.	Imputabilidade .....	333
31.8.1.1.	Conceito .....	333
31.8.1.2.	Distinção entre imputabilidade e capacidade .....	333
31.8.1.3.	Distinção entre dolo e imputabilidade .....	334
31.8.1.4.	Distinção entre imputabilidade e responsabilidade.....	334
31.8.1.5.	Regra .....	334
31.8.1.6.	Causas que excluem a imputabilidade .....	334
31.8.1.7.	Critérios de aferição da inimputabilidade .....	342
31.8.1.8.	Requisitos da inimputabilidade segundo o sistema biopsicológico.....	343
31.8.1.9.	Questões atinentes à emoção e paixão.....	343
31.8.1.10.	Semi-imputabilidade ou responsabilidade diminuída.....	345
31.8.1.11.	Questões processuais.....	346
31.8.2.	Potencial consciência da ilicitude.....	347
31.8.2.1.	Erro de direito .....	347
31.8.2.2.	Erro de proibição .....	348
31.8.3.	Exigibilidade de conduta diversa.....	352
31.8.3.1.	Introdução .....	352
31.8.3.2.	Conceito.....	352
31.8.3.3.	Natureza jurídica.....	352
31.8.3.4.	Causas que levam à exclusão da exigibilidade de conduta diversa .....	352
31.9.	Responsabilidade penal objetiva .....	357
<b>32.</b>	<b>Concurso de pessoas.....</b>	<b>357</b>
32.1.	Nomenclatura .....	357
32.2.	Espécies de crimes quanto ao concurso de pessoas .....	358
32.2.1.	Monossubjetivos ou de concurso eventual .....	358
32.2.2.	Plurissubjetivos ou de concurso necessário.....	358
32.2.2.1.	De condutas paralelas .....	358
32.2.2.2.	De condutas convergentes .....	358
32.2.2.3.	De condutas contrapostas.....	358
32.3.	Espécies de concurso de pessoas.....	358
32.3.1.	Concurso necessário.....	358
32.3.2.	Concurso eventual.....	359
32.4.	Autoria.....	359
32.4.1.	Teoria unitária .....	359
32.4.2.	Teoria extensiva .....	359

32.4.3.	Teoria restritiva.....	360
32.4.3.1.	Teoria ou critério objetivo-formal.....	360
32.4.3.2.	Teoria ou critério objetivo-material.....	361
32.4.3.3.	Teoria do domínio do fato.....	361
32.5.	Formas de concurso de pessoas.....	364
32.5.1.	Coautoria.....	364
32.5.1.1.	Coautoria no crime omissivo próprio.....	364
32.5.1.2.	Coautoria parcial ou funcional.....	365
32.5.2.	Participação.....	365
32.6.	Diferença entre autor e partícipe.....	366
32.7.	Natureza jurídica do concurso de agentes.....	366
32.7.1.	Teoria unitária ou monista.....	366
32.7.2.	Teoria dualista.....	366
32.7.3.	Teoria pluralista ou pluralística.....	366
32.7.4.	Teoria adotada pelo Código Penal quanto à natureza do concurso de pessoas.....	366
32.7.4.1.	Exceções pluralísticas ou desvio subjetivo de conduta.....	367
32.8.	Da participação.....	367
32.8.1.	Natureza jurídica da participação.....	367
32.8.2.	Espécies de acessoriedade.....	369
32.8.2.1.	Mínima.....	369
32.8.2.2.	Limitada.....	369
32.8.2.3.	Extremada.....	369
32.8.2.4.	Hiperaccessoriedade.....	369
32.8.2.5.	Teoria adotada pelo Código Penal.....	369
32.8.3.	Formas de participação.....	370
32.8.3.1.	Moral.....	370
32.8.3.2.	Material.....	370
32.8.3.3.	Cumplicidade.....	370
32.8.4.	Participação e crime culposos.....	372
32.8.5.	Participação de participação.....	372
32.8.6.	Participação sucessiva.....	372
32.8.7.	Conivência ou participação negativa ( <i>crimen silenti</i> ).....	373
32.8.8.	Participação por omissão.....	373
32.8.9.	Participação em crime omissivo.....	374
32.8.10.	Participação impunível.....	374
32.9.	Requisitos do concurso de pessoas.....	374
32.9.1.	Pluralidade de condutas.....	374
32.9.2.	Relevância causal de todas as condutas.....	374
32.9.3.	Liame subjetivo ou concurso de vontades.....	375
32.9.4.	Identidade de infração para todos.....	375
32.10.	Outros conceitos.....	375
32.10.1.	Autoria mediata.....	375

32.10.2. Autoria colateral.....	376
32.10.3. Autoria incerta .....	377
32.10.4. Autoria desconhecida ou ignorada.....	377
32.10.5. Multidão delinquente .....	377
32.10.6. Delação e colaboração premiadas .....	377
<b>33. Comunicabilidade e incomunicabilidade de elementares e circunstâncias .....</b>	<b>378</b>
33.1. Das circunstâncias.....	378
33.1.1. Conceito.....	378
33.1.2. Espécies de circunstâncias.....	379
33.1.2.1. Subjetivas ou de caráter pessoal .....	379
33.1.2.2. Objetivas.....	379
33.2. Das elementares.....	379
33.2.1. Conceito.....	379
33.2.2. Espécies de elementares.....	380
33.3. Circunstâncias elementares.....	380
33.4. A regra do art. 30 do CP .....	380
33.5. Casos específicos.....	381
33.5.1. Concurso de pessoas no infanticídio .....	381
33.5.2. Qualificadora da promessa de recompensa no homicídio....	382
33.6. Participação impunível.....	383
<b>34. Da sanção penal.....</b>	<b>383</b>
34.1. Considerações preliminares .....	383
34.2. Conceito de pena.....	383
34.3. Finalidades.....	383
34.3.1. Teoria absoluta ou da retribuição.....	384
34.3.2. Teoria relativa, finalista, utilitária ou da prevenção .....	384
34.3.3. Teoria mista, eclética, intermediária ou conciliatória.....	384
34.4. Características da pena .....	384
34.4.1. Legalidade.....	384
34.4.2. Anterioridade.....	384
34.4.3. Personalidade .....	384
34.4.4. Individualidade .....	384
34.4.5. Inderrogabilidade.....	384
34.4.6. Proporcionalidade .....	385
34.4.7. Humanidade .....	385
34.5. Classificação.....	385
<b>35. Das penas privativas de liberdade .....</b>	<b>385</b>
35.1. Espécies.....	385
35.2. Regimes penitenciários.....	385
35.3. Do regime inicial de cumprimento de pena.....	385
35.3.1. Considerações preliminares .....	385

35.3.2.	Sentença omissa quanto ao regime inicial.....	386
35.3.3.	Gravidade do delito e regime inicial fechado .....	386
35.3.4.	Regimes penitenciários iniciais da pena de reclusão .....	386
35.3.5.	Regimes penitenciários iniciais da pena de detenção.....	387
	35.3.5.1. Regime inicial fechado na pena de detenção.....	387
35.3.6.	Regime inicial na pena de prisão simples .....	388
35.3.7.	Soma e unificação de penas para aplicação da regra do con- curso de crimes e regime inicial de cumprimento de pena ..	388
35.4.	Classificação dos condenados e individualização da execução penal	389
35.5.	Da progressão de regime.....	390
	35.5.1. Considerações preliminares e conceito .....	390
	35.5.2. Requisitos para a progressão de regime .....	391
	35.5.3. Manifestação do Ministério Público e do defensor .....	392
	35.5.4. Progressão por salto .....	392
	35.5.5. Falta de vaga no regime semiaberto .....	393
	35.5.6. Preso provisório e progressão de regime .....	394
	35.5.7. <i>Habeas corpus</i> e progressão de regime .....	394
	35.5.8. Progressão de regime em casos específicos.....	395
	35.5.8.1. Progressão de regime nos crimes hediondos (Lei n. 8.072/90).....	395
	35.5.8.2. Progressão de regime no crime de tortura: a questão do art. 1º, § 7º, da Lei n. 9.455/97.....	398
	35.5.8.3. Progressão de regime e Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006) .....	399
	35.5.8.4. Progressão nos crimes contra a administração pública.....	399
35.6.	Das regras nos regimes penitenciários .....	400
	35.6.1. Regime fechado.....	400
	35.6.2. Regime semiaberto.....	405
	35.6.3. Regime aberto.....	408
	35.6.3.1. Requisitos .....	408
	35.6.3.2. Condições .....	408
	35.6.3.3. Casa do Albergado.....	408
	35.6.3.4. Prisão-albergue domiciliar.....	409
	35.6.3.5. Outras regras .....	409
	35.6.3.6. Regressão de regime.....	410
	35.6.4. Regime disciplinar diferenciado.....	411
35.7.	Direitos do preso.....	415
	35.7.1. Superveniência de doença mental .....	417
35.8.	Da detração penal.....	418
	35.8.1. Conceito.....	418
	35.8.2. Detração e pena privativa de liberdade .....	418
	35.8.3. Detração e medidas cautelares diversas da prisão .....	418
	35.8.4. Detração e o juízo da execução .....	420

35.8.5.	Detração em penas restritivas de direitos .....	421
35.8.6.	Detração e medida de segurança .....	421
35.8.7.	Detração em pena de multa .....	421
35.8.8.	Detração e <i>sursis</i> .....	422
35.8.9.	Detração e prisão provisória em outro processo .....	422
35.8.10.	Detração para fins de prescrição .....	423
<b>36.</b>	<b>Das penas restritivas de direitos.....</b>	<b>423</b>
36.1.	Considerações preliminares .....	423
36.1.1.	Antecedente histórico.....	423
36.1.2.	Alternativas penais .....	423
36.1.3.	Conceito de medidas penais alternativas .....	423
36.1.4.	Classificação das medidas penais alternativas .....	423
36.1.5.	Conceito de penas alternativas.....	424
36.1.6.	Classificação das penas alternativas .....	424
36.1.6.1.	Penas alternativas consensuais .....	424
36.1.6.2.	Penas alternativas não consensuais .....	424
36.1.7.	Diferença entre medidas penais alternativas e penas alternativas .....	424
36.2.	Das penas alternativas em geral .....	424
36.2.1.	Penas alternativas e Lei n. 9.714/98 .....	424
36.2.2.	Natureza do elenco legal das penas alternativas .....	425
36.2.3.	Modificação na tendência de recrudescimento do sistema penal brasileiro .....	425
36.2.4.	Objetivos da atual lei .....	426
36.2.5.	Classificação das infrações penais segundo o grau de lesividade para incidência do sistema alternativo .....	426
36.2.6.	Incidência do sistema penal alternativo.....	426
36.2.7.	Espécies das penas alternativas.....	427
36.3.	Das penas alternativas restritivas de direito .....	427
36.3.1.	Classificação das penas alternativas restritivas de direitos	427
36.3.1.1.	Penas restritivas de direitos em sentido estrito ....	427
36.3.1.2.	Penas restritivas de direitos pecuniárias .....	427
36.3.2.	Distinção entre a pena de multa e as penas restritivas de direito pecuniárias .....	427
36.3.3.	Requisitos para a substituição da pena privativa de liberdade por pena alternativa restritiva de direitos .....	428
36.3.3.1.	Requisitos objetivos .....	428
36.3.3.2.	Requisitos subjetivos .....	428
36.3.3.3.	Requisito da quantidade de pena na hipótese de concurso de crimes.....	428
36.3.4.	Aplicação do benefício da pena alternativa em hipóteses específicas .....	429
36.3.4.1.	Crime cometido sem violência ou grave ameaça..	429

36.3.4.2.	Crime de lesão corporal leve (CP, art. 129, <i>caput</i> ), constrangimento ilegal (art. 146), ameaça (art. 147) e contração de vias de fato (LCP, art. 21).....	429
36.3.4.3.	Violência doméstica e familiar contra a mulher ...	429
36.3.4.4.	Condenação por crime hediondo.....	430
36.3.4.5.	Condenação por tráfico de drogas.....	430
36.3.4.6.	Condenação por roubo simples praticado com emprego de meio que reduza a vítima à impossibilidade de resistência .....	431
36.3.4.7.	Lei de Lavagem de Dinheiro .....	431
36.3.4.8.	Crimes de trânsito e Lei n. 13.281/2016 .....	431
36.3.4.9.	Aplicação em casos de reincidência.....	432
36.3.4.10.	A revogação do art. 60, § 2º, do CP e a possibilidade de aplicação do benefício da pena alternativa .....	434
36.3.5.	Manutenção do benefício da pena alternativa aplicada em hipóteses específicas .....	435
36.3.5.1.	Condenação posterior a pena privativa de liberdade .....	435
36.3.5.2.	Regime aberto e <i>sursis</i> .....	437
36.3.5.3.	Regime fechado e semiaberto .....	437
36.3.5.4.	Não pagamento da multa substitutiva ou vicariante por devedor solvente .....	437
36.3.6.	Das penas alternativas restritivas de direito em sentido estrito (prestação de serviços à comunidade, limitação de fim de semana, interdição temporária de direitos).....	437
36.3.6.1.	Características .....	437
36.3.6.2.	Duração.....	438
36.3.6.3.	Possibilidade de cumulação .....	439
36.3.6.4.	Tipos de penas restritivas de direitos.....	439
36.3.6.5.	Espécies .....	439
36.3.6.6.	Sobre a pena de suspensão de autorização ou habilitação para dirigir veículo.....	441
36.4.	Das penas alternativas pecuniárias.....	446
36.4.1.	Prestação pecuniária .....	446
36.4.2.	Prestação inominada.....	447
36.4.3.	Perda de bens e valores .....	448
36.4.4.	Princípio da personalidade da pena (CF, art. 5º, XLV).....	449
36.4.5.	Execução da prestação pecuniária .....	450
<b>37.</b>	<b>Da pena de multa .....</b>	<b>452</b>
37.1.	Critério adotado .....	452
37.2.	Espécies .....	452
37.3.	Destinação da pena de multa .....	452
37.4.	Cálculo do valor da pena de multa .....	452
37.4.1.	Identificação do número de dias-multa.....	452

37.4.2.	Identificação do valor de cada dia-multa .....	453
37.4.2.1.	Correção monetária .....	453
37.5.	Valor irrisório .....	454
37.6.	Conversão da multa em pena de detenção .....	454
37.7.	Superveniência de doença mental .....	454
37.8.	Da multa substitutiva ou vicariante .....	455
37.8.1.	Previsão legal .....	455
37.8.2.	Aplicação .....	455
37.8.3.	Não pagamento da multa substitutiva ou vicariante por devedor solvente.....	456
37.8.4.	Cumulação de multas .....	456
37.9.	Multa e violência doméstica e familiar contra a mulher.....	456
37.10.	<i>Habeas corpus</i> e pena de multa .....	457
<b>38.</b>	<b>Das medidas de segurança .....</b>	<b>457</b>
38.1.	Conceito.....	457
38.2.	Finalidade.....	457
38.3.	Sistemas .....	457
38.4.	Pressupostos .....	457
38.4.1.	Prática do crime .....	457
38.4.2.	Periculosidade.....	458
38.5.	Espécies de medida de segurança .....	458
38.5.1.	Medida de segurança detentiva .....	458
38.5.1.1.	Características .....	458
38.5.1.2.	Local da internação.....	459
38.5.1.3.	Desinternação .....	459
38.5.1.4.	Possibilidade de aplicação de medida de segurança detentiva (internação em hospital de custódia e tratamento) em crime apenado com detenção.....	459
38.5.2.	Medida de segurança restritiva .....	460
38.5.2.1.	Características .....	460
38.5.2.2.	Critério para fixar o prazo mínimo.....	460
38.5.2.3.	Liberação.....	460
38.5.2.4.	Conversão do tratamento ambulatorial em internação .....	460
38.6.	Semi-imputável (CP, art. 98).....	461
38.7.	Inimputabilidade e medida de segurança.....	461
38.8.	Medida de segurança e <i>reformatio in pejus</i> (Súmula 525 do STF) ....	461
38.9.	Procedimento para execução da medida de segurança .....	461
38.10.	Aplicação provisória da medida de segurança .....	462
38.11.	Competência para revogar a medida de segurança .....	462
38.12.	Medida de segurança e a detração.....	462
38.13.	Medida de segurança e prescrição .....	462

38.14. Conversão da pena em medida de segurança.....	463
38.15. Medida de segurança e Lei n. 12.403/2011 .....	463
38.16. Aplicação sucessiva de medida de segurança .....	464
38.17. Medida de segurança e indulto .....	464
38.18. Internação cível .....	464
<b>39. Da aplicação da pena .....</b>	<b>464</b>
39.1. Elementar .....	464
39.2. Das circunstâncias .....	465
39.2.1. Conceito .....	465
39.2.2. Classificação das circunstâncias.....	465
39.2.2.1. Quanto à sua natureza .....	465
39.2.2.2. Quanto à sua aplicação.....	465
39.2.3. Espécies de circunstâncias legais .....	465
39.2.3.1. Gerais ou genéricas .....	465
39.2.3.2. Especiais ou específicas .....	466
39.2.4. Do sistema trifásico para aplicação da pena .....	466
39.2.4.1. Fundamento legal.....	466
39.2.4.2. Regras básicas .....	468
39.2.4.3. Das fases de aplicação da pena.....	469
<b>40. Da reincidência .....</b>	<b>487</b>
40.1. Conceito.....	487
40.1.1. Reincidência .....	487
40.1.2. Reincidência específica .....	488
40.1.3. Reincidente em crime doloso .....	488
40.2. O conceito de primariedade e a reincidência.....	488
40.2.1. Primariedade técnica.....	489
40.3. Natureza jurídica .....	490
40.4. Prova da reincidência.....	490
40.5. Incomunicabilidade.....	490
40.6. Configuração da reincidência em hipóteses específicas.....	490
40.6.1. Contravenção anterior e posterior .....	490
40.6.2. Sentença transitada em julgado após a prática de crime.....	491
40.6.3. Condenação no estrangeiro.....	491
40.6.4. Multa anterior .....	491
40.6.5. Reabilitação criminal.....	491
40.6.6. Extinção da punibilidade em relação ao crime anterior .....	491
40.6.7. Extinção da pena pelo seu cumprimento .....	491
40.6.8. Suspensão condicional do processo (Lei n. 9.099/95, art. 89)...	491
40.6.9. Transação penal (Lei n. 9.099/95, art. 76, §§ 4 <sup>a</sup> e 6 <sup>a</sup> ).....	492
40.6.10. Composição civil (Lei n. 9.099/95, art. 74, parágrafo único)...	492
40.6.11. Perdão judicial.....	492
40.7. Ocorrência .....	492

40.8.	Crimes que não induzem reincidência .....	492
40.9.	Efeitos da reincidência .....	493
40.10.	Prescrição da reincidência.....	494
	40.10.1. Termo inicial do período depurador .....	494
	40.10.2. Termo final do período depurador.....	494
40.11.	Sistema da temporariedade da reincidência .....	495
40.12.	Reincidência e maus antecedentes.....	495
<b>41.</b>	<b>Suspensão condicional da pena .....</b>	<b>495</b>
41.1.	Origem.....	495
41.2.	Conceito.....	495
41.3.	<i>Sursis</i> e a Lei n. 9.714/98 .....	495
41.4.	Natureza jurídica.....	496
41.5.	Sistemas.....	497
41.6.	Requisitos.....	497
	41.6.1. Objetivos .....	497
	41.6.2. Subjetivos.....	498
41.7.	Espécies de <i>sursis</i> .....	499
	41.7.1. Etário.....	499
	41.7.2. Humanitário.....	499
	41.7.3. Simples .....	500
	41.7.4. Especial .....	500
	41.7.4.1. Cumulação das condições do <i>sursis</i> especial no <i>sursis</i> simples.....	500
41.8.	Condições .....	501
41.9.	<i>Sursis</i> incondicionado.....	501
41.10.	Possibilidade de o juiz das execuções fixar condições para o <i>sursis</i> em caso de omissão do juízo da condenação.....	501
41.11.	Período de prova .....	502
41.12.	Obrigatoriedade de manifestação sobre o <i>sursis</i> .....	502
41.13.	<i>Sursis</i> e crime hediondo .....	502
41.14.	<i>Sursis</i> e Lei n. 9.605/98 (Lei Ambiental).....	502
41.15.	<i>Sursis</i> e Lei das Contravenções Penais.....	502
41.16.	Dupla concessão ao mesmo réu em processos distintos.....	503
41.17.	Detração e <i>sursis</i> .....	503
41.18.	Da revogação do <i>sursis</i> .....	503
	41.18.1. Formas de revogação.....	503
	41.18.1.1. Revogação obrigatória.....	503
	41.18.1.2. Revogação facultativa.....	504
	41.18.2. Exigência de oitiva do condenado para a revogação do benefício.....	504
	41.18.3. Prorrogação e extinção automáticas (CP, art. 81, § 2º).....	505
	41.18.3.1. Conflito com o art. 82 do CP .....	505

41.18.3.2.	Prática de crime ou contravenção após o vencimen- to do período de prova do <i>sursis</i> e prorrogação ...	506
41.18.3.3.	Expiração do prazo do período de prova do <i>sursis</i> e revogação .....	506
41.18.3.4.	Insubsistência das condições durante a prorroga- ção.....	507
41.19.	Extinção sem oitiva do Ministério Público.....	507
41.20.	Cassação do <i>sursis</i> .....	508
41.21.	<i>Sursis</i> e revelia.....	508
41.22.	Renúncia ao <i>sursis</i> .....	508
41.23.	<i>Sursis</i> para estrangeiro .....	509
41.24.	<i>Habeas corpus</i> para pleitear <i>sursis</i> .....	509
<b>42.</b>	<b>Livramento condicional .....</b>	<b>509</b>
42.1.	Conceito.....	509
42.2.	Natureza jurídica.....	509
42.3.	Distinção com <i>sursis</i> .....	509
42.4.	Requisitos.....	510
42.4.1.	Objetivos .....	510
42.4.1.1.	Reincidente específico.....	510
42.4.1.2.	Condenado primário, mas portador de maus an- tecedentes .....	511
42.4.2.	Subjetivos.....	512
42.4.3.	Requisitos procedimentais.....	512
42.5.	Livramento condicional antes do trânsito em julgado.....	513
42.6.	Livramento condicional humanitário.....	514
42.7.	Exame criminológico .....	514
42.8.	Condições do livramento.....	515
42.8.1.	Obrigatórias (LEP, art. 132, § 1º).....	515
42.8.2.	Facultativas (LEP, art. 132, § 2º).....	515
42.8.3.	Judiciais .....	515
42.8.4.	Condição legal indireta.....	515
42.9.	Da revogação do livramento.....	515
42.9.1.	Obrigatória .....	515
42.9.2.	Facultativa .....	515
42.9.2.1.	Opções do juiz na revogação facultativa.....	516
42.9.3.	Causas de revogação judiciais .....	516
42.9.4.	Causas de revogação legais.....	516
42.9.5.	Efeitos da revogação do livramento .....	516
42.10.	Suspensão do livramento.....	517
42.10.1.	Na hipótese de crime cometido durante a vigência do bene- fício (art. 86, I).....	517
42.10.2.	Na hipótese de descumprimento das obrigações constantes da sentença (art. 87, 1ª parte) .....	518

42.10.3. Na hipótese do art. 87, 2ª parte .....	518
42.11. Extinção da pena.....	518
42.11.1. Prorrogação do período de prova (CP, art. 89).....	518
42.11.2. Extinção automática (CP, art. 90, e LEP, art. 146).....	518
42.12. Livramento condicional e remição.....	519
42.13. Livramento condicional do estrangeiro.....	519
42.14. <i>Habeas corpus</i> e livramento condicional.....	519
42.15. Livramento condicional e regime disciplinar diferenciado (RDD).....	519
<b>43. Efeitos da condenação .....</b>	<b>520</b>
43.1. Efeitos principais .....	520
43.2. Efeitos secundários .....	520
43.3. Efeitos extrapenais.....	520
43.3.1. Efeitos extrapenais genéricos.....	520
43.3.1.1. Apreensão, arrecadação e destinação dos bens do acusado na Lei n. 11.343/2006.....	522
43.3.1.2. Apreensão, arrecadação e destinação dos bens do acusado na Lei n. 10.826/2003.....	523
43.3.1.3. O confisco e as alterações promovidas pela Lei n. 9.714/98 no art. 43 do CP.....	524
43.3.2. Efeitos extrapenais específicos.....	525
<b>44. Reabilitação.....</b>	<b>528</b>
44.1. Conceito.....	528
44.2. Natureza jurídica.....	528
44.3. Cabimento.....	528
44.3.1. Direito à certidão criminal negativa.....	529
44.4. Consequências.....	529
44.5. Pressupostos .....	529
44.6. Revogação.....	530
44.7. Do procedimento para requerer a habilitação.....	530
44.7.1. Postulação.....	530
44.7.2. Competência para a concessão.....	531
44.7.3. Do pedido .....	531
44.7.4. Provimento n. 5/81 da Corregedoria-Geral de Justiça.....	531
44.7.5. Negada a reabilitação.....	531
44.7.6. Recurso cabível .....	531
44.7.7. Morte do reabilitando.....	531
44.7.8. Reincidência.....	532
<b>45. Concurso de crimes .....</b>	<b>532</b>
45.1. Conceito.....	532
45.1.1. Concurso de pessoas .....	532
45.1.2. Concurso aparente de normas.....	532
45.1.3. Concurso de crimes.....	532

45.2. Sistemas .....	532
45.3. Espécies .....	532
45.3.1. Concurso material ou real .....	532
45.3.1.1. Conceito .....	532
45.3.1.2. Concurso material e crime continuado .....	533
45.3.1.3. Espécies .....	533
45.3.1.4. Aplicação de penas .....	533
45.3.1.5. Pena privativa de liberdade somada com restritiva de direitos.....	533
45.3.1.6. Pena restritiva de direitos com outra restritiva ....	533
45.3.1.7. Juiz competente para a aplicação da regra do con- curso material .....	533
45.3.1.8. Concurso material e prescrição .....	533
45.3.2. Concurso formal ou ideal .....	534
45.3.2.1. Conceito .....	534
45.3.2.2. Requisitos do concurso formal .....	534
45.3.2.3. Espécies .....	535
45.3.2.4. Aplicação da pena .....	536
45.3.2.5. Teorias.....	536
45.3.2.6. Concurso material benéfico .....	536
45.3.2.7. Concurso formal e crime único.....	537
45.3.2.8. Concurso formal e prescrição .....	537
45.3.3. Crime continuado .....	537
45.3.3.1. Conceito .....	537
45.3.3.2. Crime continuado e o concurso formal .....	537
45.3.3.3. Espécies .....	538
45.3.3.4. Aplicação da pena .....	538
45.3.3.5. Concurso material benéfico .....	538
45.3.3.6. Incidência do aumento de pena no crime conti- nuado.....	538
45.3.3.7. A pena nas hipóteses de concurso formal homo- gêneo como componente do crime continuado .....	538
45.3.3.8. Momento da unificação da pena.....	539
45.3.3.9. Natureza jurídica .....	539
45.3.3.10. Requisitos .....	540
45.3.3.11. Teorias sobre a unidade de desígnio.....	540
45.3.3.12. Distinção entre crime continuado e habitualidade criminosa.....	542
45.3.3.13. Crime continuado entre roubos praticados contra vítimas diferentes.....	543
45.3.3.14. Condições semelhantes .....	543
45.3.3.15. Crime continuado entre delitos culposos.....	546
45.3.3.16. Consumação e tentativa .....	546
45.3.3.17. Crime continuado e aplicação da lei penal no tempo.....	546

45.3.3.18. Crime continuado e início da contagem do lapso prescricional .....	547
45.3.3.19. A pena no crime continuado para efeitos da prescrição .....	547
45.3.3.20. Sistema de aplicação da pena de multa no concurso de crimes .....	547
<b>46. Limites de penas.....</b>	<b>548</b>
46.1. Tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade.....	548
46.2. Nova condenação .....	548
46.3. Limite da pena de multa .....	549
<b>47. Ação penal .....</b>	<b>549</b>
47.1. Conceito.....	549
47.2. Características.....	549
47.3. Espécies de ação penal no direito brasileiro .....	549
47.4. As condições da ação penal.....	551
47.4.1. Condições da ação penal, absolvição sumária e Lei n. 11.719/2008 .....	553
47.5. Ação penal pública incondicionada: titularidade e princípios.....	553
47.5.1. Titularidade .....	553
47.5.2. Princípios .....	554
47.6. Ação penal pública condicionada .....	556
47.6.1. Conceito.....	556
47.6.2. Ação penal pública condicionada à representação .....	557
47.6.2.1. Crimes cuja ação depende de representação da vítima ou de seu representante legal.....	557
47.6.2.2. Natureza jurídica da representação.....	558
47.6.2.3. Conceito de representação .....	558
47.6.2.4. Titular do direito de representação .....	558
47.6.2.5. Prazo da representação .....	559
47.6.2.6. Forma da representação .....	560
47.6.2.7. Destinatário da representação .....	561
47.6.2.8. Irretratabilidade da representação .....	561
47.6.2.9. Não vinculação da representação .....	562
47.6.3. Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça .....	562
47.6.3.1. Hipóteses de requisição .....	562
47.6.3.2. Prazo para o oferecimento da requisição .....	562
47.6.3.3. Eficácia objetiva da requisição .....	562
47.6.3.4. Conteúdo da requisição.....	562
47.6.3.5. Destinatário da requisição .....	563
47.6.3.6. Retratação da requisição .....	563
47.6.3.7. Vinculação da requisição .....	563
47.7. Ação penal privada .....	563

47.7.1.	Conceito.....	563
47.7.2.	Fundamento .....	563
47.7.3.	Titular .....	563
47.7.4.	Princípios .....	564
47.7.5.	Espécies de ação penal privada .....	565
47.7.5.1.	Exclusivamente privada, ou propriamente dita ....	565
47.7.5.2.	Ação privada personalíssima .....	565
47.7.5.3.	Subsidiária da pública .....	566
47.7.6.	Crimes de ação penal privada no Código Penal.....	566
47.7.7.	Prazo da ação penal privada .....	567
<b>48.</b>	<b>Causas de extinção da punibilidade.....</b>	<b>568</b>
48.1.	Conceito e efeitos da extinção da punibilidade.....	568
48.2.	Causas extintivas da punibilidade .....	568
48.2.1.	Morte do agente (inciso I).....	568
48.2.2.	Anistia, graça e indulto (inciso II).....	570
48.2.2.1.	Anistia.....	570
48.2.2.2.	Indulto e graça em sentido estrito .....	571
48.2.3.	Lei posterior que deixa de considerar o fato criminoso ( <i>abolitio criminis</i> ).....	575
48.2.4.	Renúncia ao direito de queixa .....	576
48.2.4.1.	Conceito .....	576
48.2.4.2.	Oportunidade .....	576
48.2.4.3.	Cabimento .....	576
48.2.4.4.	Formas .....	576
48.2.4.5.	Recebimento de indenização .....	576
48.2.4.6.	Ofendido maior de 18 anos .....	576
48.2.4.7.	Queixa oferecida contra um dos ofensores .....	577
48.2.4.8.	Crimes de dupla subjetividade passiva.....	577
48.2.4.9.	Morte do ofendido .....	577
48.2.5.	Perdão do ofendido.....	577
48.2.5.1.	Conceito .....	577
48.2.5.2.	Distinção entre perdão e renúncia .....	577
48.2.5.3.	Oportunidade .....	578
48.2.5.4.	Cabimento .....	578
48.2.5.5.	Formas .....	578
48.2.5.6.	Titularidade da concessão do perdão .....	578
48.2.5.7.	Da aceitação do perdão .....	578
48.2.6.	Perempção.....	579
48.2.6.1.	Conceito .....	579
48.2.6.2.	Oportunidade .....	579
48.2.6.3.	Cabimento .....	579
48.2.6.4.	Hipóteses.....	579
48.2.7.	Retratação do agente .....	581
48.2.7.1.	Conceito .....	581

48.2.7.2.	Casos em que a lei a permite .....	581
48.2.7.3.	Oportunidade .....	582
48.2.7.4.	Comunicabilidade .....	582
48.2.8.	Perdão judicial.....	582
48.2.8.1.	Conceito .....	582
48.2.8.2.	Faculdade do juiz .....	582
48.2.8.3.	Distinção entre perdão judicial e perdão do ofendido .....	582
48.2.8.4.	Extensão .....	582
48.2.8.5.	Hipóteses legais .....	583
48.2.8.6.	Natureza jurídica da sentença concessiva .....	584
48.2.8.7.	Possibilidade de rejeição da denúncia ou queixa com base no art. 395 do CPP.....	584
48.2.8.8.	Do perdão judicial na Lei de Proteção às Testemunhas (Lei n. 9.807/99).....	585
48.2.9.	Decadência .....	589
48.2.9.1.	Conceito .....	589
48.2.9.2.	Característica da não interrupção .....	589
48.2.9.3.	Efeito.....	589
48.2.9.4.	Prazo decadencial.....	589
48.2.9.5.	Titularidade do direito de queixa ou de representação .....	590
48.2.9.6.	Decadência no crime continuado e no crime habitual .....	590
48.2.9.7.	Crimes de lesão corporal dolosa de natureza leve e lesão corporal culposa .....	590
48.2.10.	Prescrição .....	591
48.2.10.1.	Introdução .....	591
48.2.10.2.	Conceito .....	591
48.2.10.3.	Natureza jurídica .....	591
48.2.10.4.	Fundamentos .....	592
48.2.10.5.	Diferença entre prescrição e decadência.....	592
48.2.10.6.	Imprescritibilidade .....	593
48.2.10.7.	Espécies de prescrição .....	593
48.2.11.	Prescrição na legislação especial .....	610
48.2.11.1.	Da prescrição em geral .....	610
48.2.11.2.	Da prescrição retroativa .....	611
Bibliografia .....		613